

Classificação: Corporativo

Política de Investimento do Plano de Gestão Administrativa (PGA) – 2022 a 2026

POL.CON-INV.PG.004

Título	Política de Investimento do Plano de Gestão Administrativa (PGA) – 2022 a 2026
Identificador	POL.CON-INV.PG.004
Versão	00
Sigla e nome da unidade elaboradora	GIN – Gerência de Investimentos
Sigla e nome da unidade aprovadora	COD – Conselho Deliberativo
Processo vinculado	Controlar Investimentos
Distribuição	POSTALIS
Relação com outras normas	<ul style="list-style-type: none">- Política de Gestão de Riscos de Investimento- Política de Alçadas e Responsabilidades- Manual Normativo de Elaboração e Monitoramento do estudo de ALM e Política de Investimentos- Manual Normativo de Prospecção de Investimentos- Manual Normativo de Gestão de Caixa- Manual Normativo de Desinvestimento, Renegociação e Recuperação de Investimentos- Manual Normativo de Operações com Participantes- Manual Normativo para Seleção de Conselheiros:- Estatuto do Postalis
Regulamentação de referência	Res. CMN 4.661/2018 Instrução Previc 35, de 11/11/2020
Vigência e ato formal de aprovação	01/01/2022. Deliberação do Conselho Deliberativo nº 01.03.DEL/2021-0021 de 14/12/2021.
Ato revogado	Política de Investimento do Plano de Gestão Administrativa (PGA) – 2021 a 2025 - POL.CON-INV.PGA.003
Temporalidade	Indeterminada
Alteração em relação à edição anterior	Alterações diversas. Recomenda-se a leitura do inteiro teor do documento.

Sumário

1. Definições	4
2. Objetivos	5
2.1. Elaboração da Política de Investimentos	5
2.2. Revisão da Política de Investimentos	5
3. Princípios e Diretrizes na alocação dos investimentos	6
3.1. Princípios	6
3.2. Diretrizes	6
4. Descrição	7
4.1. Governança Corporativa	7
4.1.1. Habilitação e Certificação	7
4.1.2. Designação do AETQ e ARGR	8
4.1.3. Conselho Deliberativo	8
4.1.4. Conselho Fiscal	8
4.1.5. Diretoria Executiva	9
4.1.6. Comitê de Investimentos	9
4.1.7. Comitê de Gestão e Desinvestimento de Ativos	9
4.2. Gestão de Investimentos	9
4.2.1. Cenário Macroeconômico	9
4.2.2. Estratégia de alocação	10
4.2.3. Seleção de Investimentos	11
4.2.4. Contrato de Gestão	11
4.2.5. Vedações	11
4.3. Limites de Alocação por Segmentos de Investimento	12
4.3.1. Limites de alocação por Modalidade de Investimento	12
4.3.2. Limites de Alocação por Emissor	14
4.3.3. Limites de Concentração por Emissor	14
4.3.4. Empréstimo de Ativos	15
4.3.5. Desenquadramento Passivo	15
4.3.6. Derivativos	15
4.4. Precificação de Ativos Financeiros	16
4.5. Metodologia e critérios para avaliação de riscos	16
4.6. Manuais de Investimentos	16
5. Anexos	17

1. Definições

AETQ: Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado.

ALM (*Asset and Liability Management*): é um estudo cujo objetivo é de realizar a gestão coordenada de ativos e passivos, por meio da construção de cenários de forma que se estabeleça uma curva de alocação de ativos, denominada fronteira eficiente, com base nas características dos ativos, na expectativa de rentabilidade e riscos dos segmentos de aplicação e das necessidades de liquidez, frente aos passivos dos planos e a necessidade de liquidez em um determinado período.

ARGR: Administrador Responsável pela Gestão de Riscos.

CGD: Comitê de Gestão e Desinvestimento de Ativos

COD - Conselho Deliberativo.

COF - Conselho Fiscal.

Capital Comprometido: Cotas de investimentos estruturados subscritos, porém pendentes de integralização.

COI: Comitê de Investimentos.

CRI: Comitê de Riscos de Investimentos.

Correios: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Desenquadramento Passivo: Situação em que são ultrapassados os limites de alocação em alguma classe de investimento por situações não relacionadas a novos aportes ou investimentos realizados pela EFPC, como valorização superior de ativos de uma classe em relação ao restante do patrimônio do plano de benefícios.

DEX: Diretoria Executiva.

DIN: Diretoria de Investimentos.

Duration: medida do risco de taxa de juros de um título de renda fixa, que leva em consideração seu prazo a decorrer, rendimento, cupom e possibilidade de resgate antecipado. Esses vários fatores são computados em um único número que mede a sensibilidade do valor de um título às oscilações na taxa de juros.

Manual Normativo de Atribuições: Manual Normativo de Atribuições das Áreas do Postalís (MNO.ORG-COL-IN.007)

Manuais de Investimentos: Grupo de manuais normativos do Postalís que norteiam os processos de investimentos, desinvestimentos, monitoramento e repactuação de ativos.

Práticas ASG: Incorporam alguma questão, seja ambiental, social ou de governança, em sua análise de investimento e leva em consideração a sustentabilidade de longo prazo.

Renegociação de ativos: Todas as operações em que haja alteração de indexador/taxa de juros, desconto sobre o valor atualizado, alteração de garantias, prorrogação do prazo final/vencimento, alteração do fluxo de pagamentos intermediários e utilização de garantia líquida.

Resolução CMN 4.661/2018: Publicada em 25 de maio de 2018, a norma estabelece as diretrizes para aplicação dos recursos garantidores das entidades fechadas de previdência complementar.

Solvência: Capacidade de cumprir os compromissos com os recursos que constituem seu patrimônio ou seu ativo.

2. Objetivos

Esta Política de Investimentos estabelece as diretrizes que serão adotadas na gestão dos recursos do Plano de Gestão Administrativa para os próximos cinco anos, incluindo limites de alocação e benchmarks.

O Plano de Gestão Administrativa (CNPB 9970000000) é um plano instituído para custeio da estrutura administrativa do Instituto. Sua arrecadação advém, principalmente, dos repasses realizados pelos planos de benefício. Por se tratar de um plano de custeio, os investimentos adotados pelo PGA visam incorrer no menor risco possível, de modo que a referência de retorno do plano é a Selic.

Os limites estabelecidos nessa Política são complementares e fundamentados na Resolução CMN 4.661/2018 ou resolução posterior que venha a substituí-la.

2.1. Elaboração da Política de Investimentos

A Política de Investimentos de cada plano deve ser elaborada pela DIN, por meio da GIN, proposta pela Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho Deliberativo antes do início do exercício a que se referir.

2.2. Revisão da Política de Investimentos

As Políticas de Investimentos são quinquenais, com revisões anuais. No entanto, podem ser revistas quando os cenários macroeconômicos inicialmente utilizados e/ou as hipóteses adotadas mostrarem-se inadequadas.

3. Princípios e Diretrizes na alocação dos investimentos

3.1. Princípios

- **Gestão baseada em riscos:** Identificação, mensuração, monitoramento e mitigação dos riscos associados a todo o processo de seleção e monitoramento dos investimentos;
- **Liquidez:** Considerar a necessidade de liquidez do plano em todo o processo de investimentos.
- **Rentabilidade:** Buscar ativos que contribuam com a maximização do retorno da entidade, considerando o perfil de risco da classe e do plano.
- **Conformidade:** Observância aos limites e regras estabelecidas na legislação vigente e no arcabouço normativo do Postalís;
- **Objetividade:** Adotar critérios claros, objetivos e técnicos na seleção e monitoramento dos investimentos da Entidade;
- **Ética:** Adotar práticas que visem garantir a atuação de todas as partes envolvidas no processo de investimentos dentro dos princípios e valores éticos promovidos pelo Instituto, respeitando o Código de Conduta e Ética, o Programa de Integridade e as Boas Práticas de mercado;
- **Transparência:** Clareza às partes relacionadas ao Postalís de todas as premissas, riscos e restrições estabelecidas a todo o processo de investimento.
- **Governança Corporativa:** Garantir boas práticas que protejam os interesses de todas as partes relacionadas ao Postalís, preservando o patrimônio do Postalís;
- **Sustentabilidade:** Atribuir, nos processos de investimentos, critério de avaliação que considere a adoção de boas práticas sociais e de governança e que mitiguem os impactos ambientais.

3.2. Diretrizes

A Política de Investimentos deve observar a legislação vigente, os normativos internos, o estudo de ALM, a duration, solvência, metas e objetivos dos planos, além das boas práticas ASG.

O Postalís deve garantir publicidade e transparência de sua Política de Investimentos aos stakeholders, inclusive órgão regulador, participantes, patrocinador, colaboradores, dentre outros.

4. Descrição

4.1. Governança Corporativa

Os processos de investimentos deverão ocorrer de acordo com a estrutura de governança instituída nos Manuais de Investimentos e serão submetidos às instâncias de análises e deliberativas de acordo com o Manual Normativo de Atribuições e Política de Alçadas e Responsabilidades.

Os atos praticados pelos intervenientes do processo de investimento deverão observar o Código de Ética e Conduta, como se segue *in verbis*:

“Art.8º. Não se mantém com qualquer fornecedor, prestador de serviços, concorrente, participante e demais partes interessadas do POSTALIS, participação financeira ou relação profissional, sem prévia aprovação (de acordo com as alçadas definidas) e total transparência.

Art.9º. É vedado aceitar ou oferecer qualquer tipo de prêmio, favores, presente ou recompensa que possam resultar em favorecimento no processo de decisão, ou em vínculos não compatíveis com os objetivos e interesses do POSTALIS, ou ainda, que possam caracterizar conflitos de interesses.

§1º Brindes, presentes ou cortesias que sejam oferecidos, em qualquer ocasião, deverão observar as seguintes condições:

- I. quando excederem 10% do salário mínimo vigente, deverão ser destinados a sorteio entre os colaboradores da entidade;*
- II. quando abaixo de 10% do salário mínimo vigente, poderão ser aceitos pelos colaboradores.*

§2º Dinheiro em espécie ou qualquer outra forma de pagamento não poderá ser aceito em qualquer hipótese.

§3º Não poderão ser aceitos de terceiros, principalmente fornecedores e prestadores de serviços, quaisquer patrocínios de despesas em valor superior a 20% do salário mínimo.

§4º Em caso de doação de cursos ou treinamentos, a Gerência de Recursos Humanos definirá o colaborador participante, de acordo com as competências deste e com as necessidades do POSTALIS.

Art.10. É vedado o uso do cargo, de suas atribuições ou de informações privilegiadas, visando à influenciar decisões que venham a favorecer interesses próprios ou de terceiros, em desfavor dos interesses do POSTALIS.”

4.1.1. Habilitação e Certificação

Será exigido para o AETQ, Diretoria Executiva e membros dos conselhos, habilitação nos termos estabelecidos pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, conforme Instrução Previc nº 06/2017, ou aquelas que vierem a substituí-las, alterá-las ou complementá-las.

O AETQ, a Diretoria Executiva, os membros do Conselho Deliberativo e Fiscal e os demais empregados do Postalís diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos da entidade devem estar certificados nos termos das normas aplicáveis.

4.1.2. Designação do AETQ e ARGR

A função de Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ) será exercida pelo Diretor de Investimentos. O AETQ é o principal responsável pela gestão, alocação, avaliação e acompanhamento dos recursos garantidores dos planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos e nos termos do §§ 5º do art. 35 da Lei Complementar nº 109, de 2001 deve ser escolhido entre os membros da diretoria-executiva.

A função de Administrador Responsável pela Gestão de Riscos (ARGR) será exercida pelo Comitê de Riscos de Investimentos (CRI), composto por um membro externo (Coordenadora), pelo Gerente de Riscos de Investimentos, pelo Gerente de Controles Internos e Compliance, por um Analista de Investimentos da DIN e, como suplente, pelo Gerente de Gestão Previdencial. O ARGR é responsável por avaliar, controlar e monitorar os riscos de crédito, de mercado, de liquidez e outros inerentes às operações financeiras.

4.1.3. Conselho Deliberativo

O Art.15 do Estatuto Social do Postalís define as competências do Conselho Deliberativo, dentre as quais as seguintes:

*“VII. a aprovação das diretrizes e políticas de investimentos e de riscos para aplicação dos recursos garantidores das reservas técnicas dos planos de benefícios, bem como acompanhar a execução e os resultados da aplicação desses recursos;
VIII. a aprovação de investimentos, reestruturações e desinvestimentos que envolvam valores iguais ou superiores a 2% (dois por cento) dos recursos garantidores de cada plano de benefícios;”*

4.1.4. Conselho Fiscal

O art. 18 do Estatuto Social do Postalís define as competências do Conselho Fiscal, dentre as quais as seguintes:

*“X. verificar se estão assegurados os padrões mínimos adequados de segurança econômico-financeira para preservação da liquidez e da solvência dos planos de benefícios, isoladamente, e do Postalís em seu conjunto;
XI. fiscalizar o Postalís quanto à execução das normas gerais de contabilidade, atuária e estatística fixadas pelo órgão fiscalizador e da política de investimentos definida pela autoridade competente.”*

Portanto, cabe ao Conselho Fiscal buscar assegurar a capacidade da estrutura do Postalís para gerir (acompanhar, avaliar e monitorar) cada classe de investimento que venha a ser permitido pela Política de Investimentos.

4.1.5. Diretoria Executiva

O art. 25 do Estatuto Social do Postalís define as competências da Diretoria Executiva, dentre as quais as seguintes:

*“VIII. aprovação de todas as propostas de negociação (investimentos, reestruturações e desinvestimentos) de ativos do Postalís de valores inferiores a 2% (dois por cento) dos recursos garantidores de cada plano de benefícios.
IX. proposição ao Conselho Deliberativo de propostas de negociação (investimentos, reestruturações e desinvestimentos) de ativos do Postalís superiores a 2% (dois por cento) dos recursos garantidores de cada plano de benefícios;”*

4.1.6. Comitê de Investimentos

O COI é um órgão não estatutário de assessoramento, suporte técnico e consultivo da Diretoria Executiva, responsável pela análise e recomendação de investimentos de ativos, bem como o acompanhamento da estratégia estabelecida para a gestão dos investimentos e a análise normas internas pertinentes ao processo de investimentos.

O COI tem por objetivo assessorar a Diretoria Executiva nas matérias que lhe couber, observadas as regras estabelecidas na legislação aplicável, nas Políticas de Investimentos, nos normativos internos e demais resoluções e deliberações do Postalís.

4.1.7. Comitê de Gestão e Desinvestimento de Ativos

O CGD é um órgão não estatutário de assessoramento, suporte técnico e consultivo da Diretoria Executiva, responsável pela análise e recomendação da renegociação de ativos, bem como o acompanhamento das ações dos agentes de recuperação dos investimentos, a recomendação acerca das orientações de voto do Postalís para reuniões deliberativas dos ativos e a análise das normas internas relativas aos processos de monitoramento dos ativos.

O CGD tem por objetivo assessorar a Diretoria Executiva nas matérias que lhe couber, observadas as regras estabelecidas na legislação, nas políticas de investimentos, nos normativos internos e demais resoluções e deliberações do Postalís.

4.2. Gestão de Investimentos

4.2.1. Cenário Macroeconômico

As projeções de rentabilidade e riscos descritas nesta Política foram estabelecidas com base no cenário macroeconômico esperado e sua relação com as principais classes de ativos permitidas pelo arcabouço legal e por esta Política.

Dessa forma, a estratégia de alocação considerou as premissas macroeconômicas e projeções de benchmark abaixo relacionadas:

Tabela 1 – Indicadores macroeconômicos (Fonte: Boletim Focus 08/11/2021 e LCA Consultores)

ANO	SELIC	IPCA	INPC*	PTAX fim de ano	PIB	T-Note 10y*
2021	9,25%	9,22%	10,09%	R\$ 5,56	4,93%	1,28%
2022	11,63%	4,78%	3,38%	R\$ 5,64	1,00%	1,62%
2023	7,75%	3,86%	3,45%	R\$ 5,65	2,00%	1,81%
2024	6,50%	3,50%	3,44%	R\$ 5,73	2,05%	2,18%
2025	6,50%	3,50%	3,27%	R\$ 5,80	2,00%	2,64%
2026	-	-	3,37%	-	-	3,09%

* Dados fornecidos pelo Postalís, por meio da LCA Consultores.

4.2.2. Estratégia de alocação

A estratégia de alocação do PGA tomou por referência as perspectivas macroeconômicas do cenário doméstico e internacional.

A tabela a seguir demonstra a rentabilidade histórica e acumulada do período de 5 anos.

Tabela 2 – Rentabilidade Acumulada

Segmento	2017	2018	2019	2020	2021*	Acumulada
Renda Fixa	11,00%	8,63%	12,13%	8,12%	-1,71%	43,68%
Plano	11,00%	8,63%	12,13%	8,12%	-1,71%	43,68%

*Rentabilidade até Out/21

A tabela a seguir compara a rentabilidade histórica com a projeção estimada¹ para os próximos 5 anos:

Tabela 3 – Rentabilidade histórica x projetada

Segmento	2017	2018	2019	2020	2021*	2022	2023	2024	2025	2026
Renda Fixa	11,00%	8,63%	12,13%	8,12%	-0,25%	11,63%	7,75%	6,50%	6,50%	6,50%
Plano	11,00%	8,63%	12,13%	8,12%	-0,25%	11,63%	7,75%	6,50%	6,50%	6,50%

Rentabilidade até Out/21. Projetado Nov/21 e Dez/21

¹ As expectativas de rentabilidade futura são consideradas Metas de Rentabilidade para atendimento do item II do Art. 7 da Instrução Normativo nº 35/2020 da Previc. Cumpre ainda registrar que se tratam de estimativas, podendo não se confirmar ao longo dos anos.

4.2.3. Seleção de Investimentos

O Postalís poderá realizar a aquisição direta de ativos disponíveis no mercado, bem como a contratação de gestores terceirizados com comprovada experiência na classe prospectada.

4.2.4. Contrato de Gestão

Em relação ao investimento em fundos exclusivos, quando couber, o Postalís envidará esforços para celebrar o contrato de gestão com o gestor do fundo, a fim de resguardar os interesses do Postalís, com a prestação de informações objetivas e completas de forma transparente e com periodicidade adequada. O contrato de gestão poderá conter ainda restrições ou condições especiais, tais como a utilização de lista de vedações, no caso de fornecedores, e investimentos em determinados ativos.

Os demais prestadores de serviço deverão realizar as suas atividades em conformidade com as cláusulas estabelecidas nos contratos celebrados entre as partes e de acordo com a legislação vigente e o regulamento dos fundos de investimentos, quando couber.

4.2.5. Vedações

Além das vedações previstas na Resolução CMN 4.661/2018, é vedado na aplicação dos recursos do PGA:

- Novos investimentos classificados no segmento de investimentos estruturados, excetuando-se os aportes destinados a integralização de capital comprometido previamente, reestruturação de ativos.
- Aplicar em fundos de investimentos que tenham em suas carteiras fundos de investimentos em participações, fundos de investimentos em cotas de fundos de investimentos em participações e fundos de investimento em empresas emergentes, excetuando-se os aportes destinados a integralização de capital comprometido previamente ou a reestruturações.
- Aplicar, via carteira própria, em títulos privados que não possuam rating em grau de investimento emitido por agência internacional², salvo nos casos em que há cobertura pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC).
- Efetuar a primeira aplicação em fundos de investimento³ até que se observem os limites legais de concentração por emissor e não haja risco de ser o único cotista do fundo de investimento.

² Moody's, Fitch e Standard & Poor's

4.3. Limites de Alocação por Segmentos de Investimento

A tabela a seguir apresenta a alocação-objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN 4.661/2018.

Tabela 4 - alocação-objetivo para 2022-2026

Segmento	Limite Legal	Alocação atual	Alocação Objetivo	Limites PI	
				Inferior	Superior
Renda Fixa	100,00%	100,00%	100,00%	0%	100%
Renda Variável	70,00%	0,00%	0,00%	0%	0%
Estruturados	20,00%	0,00%	0,00%	0%	0%
Exterior	10,00%	0,00%	0,00%	0%	0%
Imobiliário	20,00%	0,00%	0,00%	0%	0%
Op. com Participantes	15,00%	0,00%	0,00%	0%	0%

4.3.1. Limites de alocação por Modalidade de Investimento

Tabela 5 - limites de alocação por modalidades de investimento

ART.	INCISO	ALÍNEA	MODALIDADES DE INVESTIMENTO	LIMITES	
				LEGAL	POLÍTICA
21	Renda Fixa			100%	100%
	I	a	Títulos da dívida pública mobiliária federal interna	100%	100%
		b	ETF renda fixa composto títulos da dívida pública mobiliária federal interna		100%
	II	a	Ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias	80%	80%
		b	Ativos financeiros de renda fixa de emissão de sociedade por ações de capital aberto, incluídas as companhias securitizadoras		0%
		c	ETF Renda Fixa		0%
	III	a	Títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais	20%	0%
		b	Obrigações de organismos multilaterais emitidas no País		0%
		c	Ativos financeiros de renda fixa de emissão, com obrigação ou coobrigação, de instituições financeiras não bancárias e de cooperativas de crédito, bancária ou não bancárias		0%

³ Exceto para os fundos de ações que passaram pelo processo de seleção de gestores, definido no Manual Normativo de Investimento, e o gestor selecionado proporcione um fundo de investimento em ações espelho ao fundo master, com administrador que não tenha conflito com o Postalis.

		d	Debêntures emitidas por sociedade por ações de capital fechado nos termos do art. 2º da Lei 12.431, de 24 de junho de 2011		0%
		e	FIDC e FICFIDC, CCB e CCCB		0%
		f	CPR, CDCA, CRA e WA		0%
	Renda Variável			70%	0%
22	I		Segmento Especial de Listagem: Ações, bônus, recibos, certificados de depósito + ETF de sociedade de capital aberto admitidas à negociação em segmento especial que assegure práticas diferenciadas de governança	70%	0%
	II		Segmento não Especial: Ações, bônus, recibos, certificados de depósito + ETF de sociedade de capital aberto	50%	0%
	III		Brazilian Depository Receipts – BDR classificados como nível II e III	10%	0%
	IV		Certificados representativos de ouro físico no padrão negociado em bolsa de mercadorias e de futuros	3%	0%
	Estruturado			20%	0%
23	I	a	FIP (cotas de fundos de investimento em participações)	15%	0%
	I	b	FIM e FICFIM (cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado)	15%	0%
	I	c	FAMA (cotas de fundos de investimento classificados como “Ações – Mercado de Acesso”)	15%	0%
	II		COE (Certificados de Operações Estruturadas)	10%	0%
	Imobiliário			20%	0%
24	I		FII e FICFII (cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento imobiliário)		0%
	II		CRI (certificados de recebíveis imobiliários)	20%	0%
	III		CCI (cédulas de crédito imobiliário)		0%
			Estoque imobiliários (art. 37, § 4º)		0%
	Operações com Participantes			15%	0%
25	I		Empréstimos pessoais concedidos com recursos do plano de benefícios aos seus participantes e assistidos	15%	0%
	II		Financiamentos imobiliários concedidos com recursos do plano de benefícios aos seus participantes e assistidos		0%
	Exterior			10%	0%
26	I		FI e FICFI classificados como “Renda Fixa – Dívida Externa”	10%	0%

	II		ETF índice do exterior negociado em bolsa de valores do Brasil		
	III		FI e FICFI com o sufixo “Investimento no Exterior” – 67%		
	IV		FI e FICFI com o sufixo “Investimento no Exterior”		
	V		Brazilian Depository Receipts – BDR classificados como nível I e FIA - BDR nível I (cotas dos fundos da classe “Ações – BDR Nível I”)		
	VI		Outros ativos financeiros no exterior pertencentes às carteiras dos fundos constituídos no Brasil, que não estejam previstos nos incisos anteriores.		

4.3.2. Limites de Alocação por Emissor

Tabela 6 - limites de alocação por emissor

ALOCÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
	LEGAL	POLÍTICA
Tesouro Nacional	100%	100%
Instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Banco Central	20%	20%
Demais emissores	10%	10%

4.3.3. Limites de Concentração por Emissor

Tabela 7 - limites de alocação por concentração de emissor

ART.	INCISO	ALÍNEA	LIMITES DE CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
				LEGAL	POLÍTICA
28	I	-	Capital total e do capital votante, incluindo os bônus de subscrição e os recibos de subscrição, de uma mesma sociedade por ações de capital aberto admitida ou não à negociação em bolsa de valores	25%	25%
	II	a	Instituição financeira (bancária, não bancárias e cooperativas de crédito autorizada pelo BACEN)	25%	25%
		b	FIDC e FIC-FIDC *	25%	25%
		C	ETF, negociado em bolsa, referenciado em índices de Renda Fixa ou Renda Variável	25%	25%
		D	FI ou FIC de investimento classificado no segmento estruturado *	25%	25%
		E	FII e FIC-FII *	25%	25%
		F	FI constituídos no Brasil de que tratam os incisos II, IV e VI do art. 26 e FIC-FI constituídos no Brasil de que tratam os incisos II, IV e VI do art. 26*	25%	25%
		G	Demais emissores, ressalvado o disposto nos incisos III e IV	25%	25%
	III	-	Patrimônio separado constituído nas emissões de certificado de recebíveis com a adoção de regime fiduciário*	25%	25%

IV	A	Fundo de investimento constituído no exterior de que trata o inciso III do art. 26	15%	15%
	B	Do emissor listado na alínea “d” do inciso III do art. 21	15%	15%
-	§1º	De uma mesma classe ou série de títulos ou valores mobiliários de renda fixa.	25%	25%

* Res. CMN 4.661/2018: § 2º O limite estabelecido nas alíneas “b”, “d”, “e” e “f” do inciso II do caput não se aplica a fundos de investimento em cotas de fundo de investimento e a FIP que invista no mínimo 90% (noventa por cento) de seu patrimônio líquido em cotas de outros FIP, desde que suas aplicações observem os limites deste artigo.

4.3.4. Empréstimo de Ativos

Conforme Resolução CMN 4.661/2018, em seu artigo 29, o Postalís pode emprestar ativos financeiros de sua carteira observadas as regras sobre o empréstimo de valores mobiliários por câmaras e prestadores de serviços de compensação e liquidação estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, bem como as medidas regulamentares adotadas pela Comissão de Valores Mobiliários. Assim, vale notar que a regulamentação exige que os ativos financeiros emprestados devem, mesmo nessa condição, dos limites estabelecidos na Resolução.

4.3.5. Desenquadramento Passivo

No caso de desenquadramento passivo, tanto dos limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.661/2018 quanto pelos limites mais restritivos desta Política de Investimentos, por maior rentabilidade dos ativos de alguma classe em relação às outras ou outros fatores, a DIN iniciará processo de análise para desinvestimento.

Os desenquadramentos, sempre que verificados, devem ser eliminados no prazo previsto na legislação vigente, conforme Resolução CMN nº 4.661/2018, ou aquelas que vierem a substituí-la, alterá-la ou complementá-la.

4.3.6. Derivativos

As operações com derivativos são permitidas desde que respeitados cumulativamente os limites, restrições e demais condições estabelecidas pela Resolução CMN 4.661/2018.

Somente poderão ser adquiridos instrumentos de derivativos adquiridos diretamente e alocados na carteira própria do Postalís nos casos de construção de estruturas de proteção dos investimentos (hedge).

4.4. Precificação de Ativos Financeiros

Os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras e fundos de investimento, exclusivos ou não, nos quais o plano aplica recursos, devem ser marcados a valor de mercado, de acordo com os critérios recomendados pela CVM e pela ANBIMA. Isso não exclui a possibilidade, porém, de o plano contabilizar os títulos que pretende carregar até o vencimento pela taxa de compra do papel (marcação na curva).

A metodologia para precificação deve observar as possíveis classificações dos ativos para negociação ou mantidos até o vencimento. Caso seja necessária a reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários, só poderá ser efetuada por ocasião da elaboração dos balanços anuais ou de um fato relevante.

O método e as fontes de referência adotada para precificação dos ativos pelo Postalís são os mesmos estabelecidos por seu custodiante.

O Postalís irá monitorar a precificação dos ativos e poderá realizar o provisionamento se constatar perda potencial ou redução significativa do valor de um determinado ativo, conforme metodologia estabelecida no Manual Normativo de Monitoramento de Apreçamento de Ativos de Investimentos.

É obrigatório que todas as negociações sejam realizadas através de plataformas eletrônicas e em bolsas de valores e mercadorias e futuros, visando maior transparência e maior proximidade do valor real de mercado. O controle da marcação dos ativos é feito por meio de relatórios gerados mensalmente.

4.5. Metodologia e critérios para avaliação de riscos

Os investimentos do Postalís passam por análise dos riscos envolvidos antes da alocação e continuamente enquanto o ativo permanecer na carteira do Instituto.

As metodologias para critério, avaliação e controle dos riscos atinentes aos processos de investimentos, entre eles os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal e sistêmico, estão descritas na Política de Gestão de Riscos de Investimentos e Política de Controles Internos e Compliance do Instituto.

4.6. Manuais de Investimentos

Atualmente, os processos de investimentos são regidos pelos seguintes Manuais de Investimentos:

- i) Manual Normativo de Prospecção de Investimentos: estabelece as diretrizes e princípios que irão direcionar os processos relativos à prospecção de

investimentos e gestores de fundos, incluindo os princípios de responsabilidade ambiental, social e de governança ;

- ii) Manual Normativo de Gestão de Caixa: estabelece o processo de gestão de caixa dos planos administrados pelo Postalís, relacionados a movimentação de investimentos para absorção dos saldos diários de tesouraria;
- iii) Manual Normativo de Desinvestimento, Renegociação e Recuperação de Investimentos: estabelece as responsabilidades e objetivos associados às atribuições de todas as áreas de suporte interno que participam dos processos de desinvestimento, renegociação e recuperação, desde a análise até a decisão sobre a aplicação de recursos.
- iv) Manual Normativo de Operações com Participantes: normatiza os processos e regras vinculadas à carteira de operações com participantes, com foco na transparência e melhoria dos resultados na administração de recursos financeiros.
- v) Manual Normativo para Seleção de Conselheiros: estabelece os procedimentos para a indicação e recondução de conselheiros de administração e fiscal das empresas em que o Postalís tenha, direta ou indireta, participação societária relevante (companhia investida).

Ademais, estão em processo de elaboração, manuais normativos para estabelecer processos para as seguintes atividades:

- i) Representação do Postalís em reuniões deliberativas de ativos financeiros e dos fundos de investimentos;
- ii) Monitoramento dos ativos financeiros e dos fundos de investimentos;
- iii) Avaliar os gestores de fundos de investimentos.

5. Anexos

Não há.

